

ANÁLISE DO PROCESSO TÉCNICO E DEMOCRÁTICO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL 2016, EM CASCAVEL-PR

VENTURA DE OLIVEIRA, Dhyellen.¹

LOPES SIMONI, Tainã.²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a elaboração e a revisão do plano diretor municipal de Cascavel-PR se baseando na bibliografia existente e em informações disponíveis no site da prefeitura. Busca-se estudar os planos diretores já criados no município a fim de relacionar com a atualização da versão de 2006. A revisão que está sendo feita no ano de 2016, é resultado de uma grande pesquisa no município e com a população, com o intuito de descobrir as potencialidades e deficiências da cidade, para propor as mudanças necessárias no plano. Como resultado, busca-se um município com maior desenvolvimento em todos os setores para os próximos 10 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Diretor. Planejamento Urbano. Cascavel. Urbanismo. Revisão.

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo a análise da revisão do Plano Diretor Municipal de Cascavel-PR.

Servirá como base os resultados, principalmente, do último plano diretor, do ano de 2006, e também, a atualidade do município, a fim da realização da revisão obrigatória do plano diretor do município, para os próximos 10 anos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Dias (2005) Cascavel começa a surgir no ano de 1557 com a vinda dos Espanhóis e servia para comercialização de mão de obra escrava indígena. Por volta de 1880 Cascavel inicia sua colonização, principalmente para organizar a população da cidade. É aí que surge a chamada “Encruzilhada” que possuía uma vasta rede de estradas com uma grande estrutura, característica essa que favoreceu o desenvolvimento da cidade. Cascavel se torna distrito oficialmente em 1938 e em 1952 é emancipada.

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo – FAG. Dhyellen Ventura de Oliveira. E-mail: dhyellen_dhy@hotmail.com

²Arquiteta Urbanista Prof.^a do curso de Arquitetura e Urbanismo – FAG. Tainã Lopes Simoni. E-mail: tai_lopes@hotmail.com

2.1 PLANEJAMENTO URBANO

Cascavel inicia um planejamento urbano no ano de 1964, com o prefeito Otacílio Mion, e é retomado em 1970, data na qual se deu o fim do ciclo da madeira, onde a rota da estrada que estava prevista para ligar a cidade de Foz do Iguaçu à Curitiba, se deslocou do centro para a região sul, chamada hoje de BR277, a antiga estrada é hoje a Av. Brasil (DIAS, 2005).

Ainda segundo Dias (2005), a partir dos anos de 1960 a cidade é marcada por um crescimento significativo, onde tem sua estrutura física e administrativa alterada potencialmente.

2.2 PLANOS DIRETORES

O primeiro plano diretor da cidade surge com o plano de desenvolvimento realizado nos anos de 1974 e 1975, onde nascem o código de obras (nº1183/75), a lei de zoneamentos (nº1184/75) e loteamentos (nº 1186/75). Após isso foi implantada a secretaria de planejamento e, no ano de 1976 se inicia a construção do plano diretor da cidade de Cascavel, sob os comandos do arquiteto Jaime Lerner (DIAS, 2005).

Segundo Dias (2005), o plano diretor apresenta as questões a serem alteradas, os principais pontos foi a expansão da cidade, que ocorreria de norte a leste, com a abertura da BR467 e BR369, fica claro também que o desenvolvimento da cidade ocorra principalmente no eixo da AV. Brasil e AV. Carlos Gomes onde, após 3 anos, surge a ideia de transformar a AV. Brasil em um grande calçadão, com o propósito da criação de um núcleo central naquela área, e deixando a área industrial para o lado leste da cidade, a favorecendo pela localização. Na AV. Brasil abrigaria edificações de até no máximo 7 pavimentos, já nos eixos de serviço, ficariam espaços como hotéis, concessionárias, estabelecimentos de saúde e etc., já as rodovias deverias abrigar depósitos, silos e restaurantes.

Ainda de acordo com Dias (2005), com a alternância do governo no ano de 1989, Salazar Barreiros assume a prefeitura, e reestrutura a secretaria de planejamento da cidade, e consequentemente atende a constituição federal e sua determinação do plano diretor, agora então transformado em lei, e baseado em três principais estratégias básicas, que são elas:

- 1- Físico-territorial
- 2- Fortalecimento da base econômica
- 3- Área social e organizacional

Em junho de 2001 é aprovada a lei do estatuto das cidades, sendo que:

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) constitui-se de normas gerais que balizarão o Desenvolvimento Municipal. (Portal prefeitura município de cascavel, 2016).

A partir da criação da lei do estatuto das cidades, inicia o desenvolvimento do plano diretor do município, no ano de 2006, onde o mesmo, conforme Dias (2005) é fundamentado em temas que são subdivididos em capítulos, onde no primeiro capítulo se almejava basicamente a função social da cidade, a gestão democrática e sustentabilidade, já no segundo era previsto estruturar Cascavel como um polo do desenvolvimento regional sustentável, conservando o patrimônio ambiental e histórico da cidade, promover políticas sociais para uma moradia digna, além de um uso e ocupação racional dosolo, promover o transporte do município pensando na mobilidade, e estruturar o sistema de planejamento existente. No terceiro capítulo abrange basicamente a respeito da estruturação do território da cidade. No quarto capítulo cita o desenvolvimento urbano e ambiental como um todo, loteamentos especiais e o IPTU progressivo são exemplos. Os planos complementares, como as áreas públicas, habitação e desenvolvimento rural são citados no quinto capítulo, já no sexto capítulo abrange as áreas do planejamento e da gestão integrada. DIAS (2005) complementa que ainda os demais temas citados nos próximos capítulos, que são eles as propostas de infrações e sanções, as disposições transitórias e finais.

3. METODOLOGIA

Para a execução do resumo expandido, foi realizada uma pesquisa sobre o tema em questão que, segundo MARCONI E LAKATOS (1991), “pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”, sendo assim ela se divide em dois tipos, qualitativa e quantitativa. Além disso, foi feito uma coleta de dados que, segundo MARCONI E LAKATOS (1991) é a etapa mais cansativa, e se realiza em diversos procedimentos, que varia de acordo com o tipo de pesquisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

De acordo com o apresentado anteriormente, o plano diretor de Cascavel executado no ano de 2006, obteve alguns resultados após 10 anos de sua execução, alguns desses resultados foram previstos, e outros não. De acordo com a Lei do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), é obrigatória a revisão do plano diretor municipal a cada 10 anos, dessa forma o plano apresentado no ano de 2006 está passando por revisões nesse ano de 2016.

Para se iniciar a revisão do plano diretor, é feito um levantamento da cidade na atualidade, para ver o que foi alcançado e o que precisa ser melhorado. Após esse levantamento, é notável os pontos positivos no município, conforme a apresentação da 1ª audiência do plano diretor de Cascavel (2016), na qual em primeiro lugar é o lazer com 21,7%, após temos a educação com 10,5%. Nas deficiências do município, temos a segurança com 22,5% e a mobilidade com 21,2%.

Com esses dados, foi possível perceber os pontos principais a serem mudados, que são eles, principalmente, o serviço público, a mobilidade e a saúde. Além disso é feito, nessa audiência, uma apresentação da evolução dos equipamentos e serviços após 10 anos do plano diretor, onde foi notado um aumento significativo da existência de, principalmente, UBS com 24 unidades em 2006 e 32 unidades em 2016, escolas com 41 unidades em 2006 e 50 unidades em 2016, e a pavimentação que foi de 71,6% de áreas pavimentadas para 92,9%. Após o levantamento de todos os dados e estudos necessários, se inicia a revisão do plano diretor de Cascavel-PR que estará vigente por mais 10 anos.

A revisão do plano diretor no município de acordo com o Portal da prefeitura do município de Cascavel/PR (2016) teve seu início no dia 08 de abril de 2016, e contará com uma grande quantidade de membros integrantes da comissão técnica municipal, dentre eles representantes da assistência social, da saúde, do esporte e lazer, etc., e serão coordenados pela SEPLAN. Essa comissão ficará responsável por realizar diversas reuniões com toda a comunidade, para se entender as necessidades da população, e levar em consideração os principais problemas e serem alterados na revisão do plano diretor.

As mudanças debatidas nessas diversas reuniões, deverá dar um resultado ao plano diretor do município, tudo indica que as alterações serão apresentadas em uma audiência pública e ser executada pela prefeitura, e assim poder dar uma sequência ao desenvolvimento e crescimento da cidade, que são os principais objetivos da execução do plano diretor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se portanto, que um plano diretor deve, obrigatoriamente, ser revisado, e passar pelas alterações necessárias no máximo em 10 anos de sua última atualização, dessa forma, o plano diretor da cidade de Cascavel-PR, criado no ano de 2006, deveria ser alterado em 2016. Após um estudo do histórico do município, e da história do seu planejamento urbano, percebeu-se as intenções do município com essa revisão.

O processo se dá por etapas de extrema importância, citadas durante a pesquisa, a fim de se obter um crescente desenvolvimento da cidade. Assim sendo, foi visto as intenções, os resultados e os métodos buscados pelos responsáveis, para obter um plano diretor que sirva como referência para um município cada vez melhor, e que reflita as necessidades da cidade e da população.

REFERÊNCIAS

DIAS, Caio Smolarek, FEIBER, Fulvio Natércio, MUKAI, Hitomi, DIAS, Solange. **CASCADEL: UM ESPAÇO NO TEMPO: A HISTORIA DO PLANEJAMENTO URBANO**. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

Portal Prefeitura do Município de Cascavel – PR. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/historia.php> acesso 01/09/2016. Acessado em 04/09/2016.

Município de CASCADEL – PR, SEPLAN. REVISÃO LEI COMPLEMENTAR 28/2006 PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASCADEL 2016.